



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CIDADE UNIVERSITÁRIA - SÃO PAULO

SBH
Cp349 ex04
1/3
(domingo)
24/12/80

São Paulo, 9 de dezembro de 1980.

Muito Prezado

Prof. Sérgio Buarque de Holanda:

Tomo a liberdade de escrever ao senhor para esclarecer, com o auxílio do texto ao lado, o exato sentido de uma apreciação que fiz, há alguns anos, de um aspecto da sua obra.

Faço-o agora por estar sabendo que meu nome foi citado, entre outros, como discordante de sua linha de pensamento. Pelo profundo respeito que o senhor me inspira (a mim e a todos os que confiam no conhecimento histórico), e não pretendendo envolver ninguém, creio de meu dever informá-lo sobre uma passagem em que profiro um juízo, talvez temerário, sobre Raízes do Brasil.

Trata-se de um breve trecho do prefácio que redigi para a segunda edição de Ideologia da Cultura Brasileira, do Prof. C. G. Mota.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CIDADE UNIVERSITÁRIA - SÃO PAULO

Nele, avizinho a sua interpretação do Brasil
à de Gilberto Freyre, na década de 30, e tão só na
década de 30.

Nele, encareço o seu trabalho de reconstituição
e de estilo.

Nele, relativizo a sua chave interpretante da
cultura luso-brasileira, e chamo de "antiquada" a
psicologia social que a informa. Reportava-me, é claro,
ao peso demasiado que o seu texto conferia a uma noção
etnopsicológica tão discutível como o "individualismo ibérico",
viga-mestra do seu discurso.

Como se pode facilmente apurar, nada havia
de original na minha posição, que apenas retomava a leitura
de Raízes feita pelo saudoso Prof. Dante Moreira Leite,
em O Caráter Nacional Brasileiro.

E agora, o "punctum dolens": nunca atribuí,
expressamente, qualquer vínculo entre as suas interpretações
e a classe, ou o estamento, a que o sr. pertenceria. Não
é que me desagrade, em princípio, uma sociologia do
ponto-de-vista historiográfico; antes, prezo-a e julgo-a
tão séria coisa que não me arrisco a improvisá-la a
meu talante.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CIDADE UNIVERSITÁRIA - SÃO PAULO

A rigor, é o que me sinto no dever de dizer-lhe antes que a todos nos enrede um cipóal de equívocos.

Continuo lendo com grande prazer e proveito a sua obra, fonte generosa que já alimentou mais de uma geração. Ora concordo, ora - raramente - discordo: é apanágio do espírito. Caminhos e Fronteiras: que obra-prima! Visão do Paraíso: luxo de erudição. Cobra de Vidro: a inteligência como equilíbrio. E assim por diante.

Quanto ao mais: peço a Deus que me ajude, neste fogo cruzado da vida intelectual, a manter-me bem longe de dois sítios perigosos para a saúde da alma: o Panteão da Boa Consciência Consagrada e a "coterie" dos ressentidos. As tentações são fortes, as quedas reiteradas, mas... "sursum corda!"

Muito respeitosamente,

Alfredo Bosi

P.S. Esta carta é sua. Está em suas mãos fazer dela o uso que lhe aprouver.

A.B.

1970/08/06
Opiniao

SBH
CP 349 ex 04
anexo
1/27

A perspectiva do historiador

Carlos Guilherme Mota

O ferecer a posição do historiador nesta mesa de debates não é tarefa simples, não apenas porque quem deveria fazê-lo era Sérgio Buarque de Holanda, mas também e sobretudo porque apontar tendências e discutir condições de produção do conhecimento histórico envolve a tarefa de *escolher e avaliar*. E para escolher e avaliar em ciências humanas torna-se necessária a *crítica teórica e ideológica*. O historiador da cultura trabalha com a sucessão de sistemas e linhagens de pensamento – e reconstruí-los muito difícil, dados os problemas teóricos envolvidos.

Sobre as tendências da historiografia brasileira nos últimos quarenta anos, tivemos a oportunidade de apresentar comunicação num encontro da SBPC (Recife, julho, 1974), publicada na revista *Ciência e Cultura* (vol. 27-5; maio de 1975). Naquele estudo, foram indicados os principais períodos da produção historiográfica no Brasil, e que a nosso ver são cinco:

a. Redescobrimto do Brasil (1933-1937), com as obras de Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque e Gilberto Freyre

b. Primeiros frutos da Universidade (1948-1951), com as obras (por exemplo) de Vítor Nunes Leal, Cruz Costa e Alice Canabralva, e a *Revista de História*

c. Era de ampliação e revisão reformista (1957-1964), com obras (por exemplo) de Celso Furtado, José Honório Rodrigues, N. W. Sodré

d. Revisões radicais (1964-1969), com obras de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Octávio Ianni (*O Colapso do Populismo*) e Dante Moreira Leite – por exemplo.

e. Impasses da dependência (1969-1974), sendo exemplos as obras de Alfredo Bosi (*História Concisa da Literatura Brasileira*), Boris Fausto, o I Seminário de Estudos Brasileiros do IEB-USP

Para a escolha das obras que serviram de apoio para a periodização ensaiada foi útil o critério apontado por Antônio Cândido em seu estudo *Literatura e Subdesenvolvimento* (*Argumento*, nº 1, 1973):

“Um estágio fundamental na superação da dependência é a capacidade de produzir obras de primeira ordem, influenciadas não por modelos estrangeiros imediatos, mas por exemplos nacionais anteriores”

Não cabe aqui, portanto, repetir o que já está publicado em *Ciência e Cultura*, mas sim levantar problemas para um estudo prévio das condições de produção da ciência social no Brasil.

Este debate procura dar – creio, uma contribuição para o progresso da *cultura brasileira*, em perspectiva científica. Mas valerá a pena discutir alguns pressupostos das próprias noções de cultura, de ciência, de história que se transformaram em moedas correntes no intercâmbio intelectual entre cientistas sociais, e entre estes e cientistas ditos exatos e naturais. Valerá a pena lembrar que há sempre ideologias empurrando uma ciência, empurrando o progresso científico, avaliando o progresso científico. Não será apenas uma provocação ao debate recordar formulações antigas para evitar velhos descaminhos no entendimento entre cientistas sociais e naturais – formulações que serão úteis quando se tentar escrever uma história do pensamento científico no Brasil:

a. “Conhecemos somente uma ciência, a ciência da história”

b. Esta pode ser considerada por dois ângulos, e dividida entre a história da natureza e história dos homens

c. As duas perspectivas não podem ser separadas do tempo

d. a própria ideologia não é mais que um dos lados dessa história, e somente a crítica ideológica poderá desvendá-la e esclarecê-la.

Esse conceito tão abrangente de História permite refletir sobre o sistema ideológico dentro do qual se travam com frequência, no Brasil, discussões sobre pesquisas interdisciplinares, ou sobre relações entre cultura e política, história e ciência, história e cultura, política, e ciência e política científica. O entendimento do que seja esse sistema ideológico – e que vem se estruturando desde a República Velha (1889-1930), pelo menos – permite levantar problemas sobre a ideologia da Cultura Brasileira, sobre a fraqueza estrutural (por assim dizer) das produções genuínas e sobre a força do sistema ideológico referido. Torna-se importante saber dos limites dessa ideologia de raiz oligárquica, de vez que vinculamos nossa própria

No processo de formação da sociedade de classes a noção liberal de Cultura Brasileira teve o papel de diluir as tensões reais

atividade a ela com insuspeitada frequência.

Consideradas as coisas desse ângulo, e com tal conceito de história, podemos indagar ainda do papel do intelectual (seja historiador, biólogo, sociólogo, físico etc.) e ir mais longe, questionando: de que cultura estamos falando?

Nos últimos quarenta anos muito se ouviu falar de Cultura Brasileira. Fernando de Azevedo, por exemplo, chegou a escrever um livro com esse título, onde, numa visão redonda e espaçosa, mas não integrada, arrolava fatos, coisas e pessoas que estariam a participar da Cultura Brasileira. Cultura que vivia uma crise, “ameaçando gravemente o princípio aristocrático ou de qualidade”...

De fato, no processo de formação da sociedade de classes a noção liberal de Cultura Brasileira teve o papel de *diluir* as tensões reais e esteve presente nas “interpretações” de nossos explicadores, como Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre ou Afonso Arinos. Mas no processo, quando problemas sociais mais amplos começaram a ser feridos, o pensamento liberal recuou. Por outro lado, a eliminação progressiva ou marginalização dos representantes do ISEB, de Furtado, de Florestan Fernandes e equipe e de tantos intelectuais e pesquisadores críticos, bem como de estimuladores teóricos e práticos dos Centros Populares de Cultura Brasileira *excluem* categorias de análise que auxiliariam na instauração de um

possível discurso científico: classe, consciência de classe, cultura de classe, sistema etc. E é claro que o historiador, como qualquer cientista, também opera com conceitos (de classe ou ideologia, por exemplo), mas que estão muito mascarados entre nós.

Cultura e Política

Observe-se, além do mais, que o sistema ideológico indicado se atualiza, pois não está inerte. E esta é uma questão de cultura, mas que não deixa de ser também uma questão de política: a “Cultura Brasileira”, agora, vem servindo tão-somente para nobilitar iniciativas da sociedade de massas, da indústria cultural e do sistema de controle social.

Uma visão ideológica

CARLOS GUILHERME MOTA

Abrimos a coleta de depoimentos sobre a obra de Sérgio Buarque de Hollanda, com este texto altamente polêmico do autor de *Ideologia da Cultura Brasileira*, o qual recusa-se a "engrossar o desfile de unanimidade", e afirma que o autor de *Cobra de Vidro* pertence a uma vertente aristocratizante, "fruto da crise da ordem oligárquica". Nos próximos números apresentaremos outras visões e enfoques da contribuição do Intelectual do Ano.

Temo que minha opinião — desimportante, aliás, não venha engrossar o desfile das unanimidades verificadas nestes tempos difíceis. As comemorações dos 80 anos de Gilberto Freyre, os lugares comuns do pensamento autoritário brasileiro daqueles que, com a maior permissividade, falam da "nossa cultura brasileira", deixaram-me bastante deprimido. Essa maneira mesma de comemorar-se uma "interpretação" do Brasil apavora. E desta vez foi na SBPC, que há não muito tempo Gilberto denunciava como foco de comunistas... Agora, na abertura, ele também fatura. Sérgio Buarque pertence à vertente aristocratizante ou "explicadores" da cultura brasileira, assim como Paulo Prado e Gilberto Freyre. Suas produções são fruto da crise da ordem oligárquica, assim como as de Gilberto. É na esteira da Revolução de 1930 que elas surgem, sendo que *Casa Grande e Senzala* aparecem em 1933 e *Raízes do Brasil* em 1936. A única diferença é que Sérgio Buarque é melhor estilista que Freyre, e um dos maiores da língua portuguesa. Ambos romperam com a perspectiva cronológica tradicional, introduziram a interpretação livre e valorizam aspectos popularescos (menor que populares) da vida social brasileira. Gosto de pensá-los como "explicadores do Brasil": não se limitam a um campo específico e, ainda quando tratam de uma região particular, generalizam as conclusões para o País como um todo. E quando são especialistas em um ou dois séculos, extrapolam suas teses e conclusões para todos os tempos. Sob a capa de um tratamento científico, às vezes buscando instrumental na antropologia, na sociologia, na história social, deixam escorrer sua visão oligarquisante, ideológica. Nessa perspectiva é que Dante Moreira Leite definiu *Raízes do Brasil* como uma obra ideológica sobre o caráter nacional brasileiro, cujo foco estaria localizado na descrição intuitiva do brasileiro de classe alta (*O Caráter Nacional Brasileiro*, pg 291-292).

Chama atenção o comportamento patrimonialista desses senhores em relação à "cultura brasileira". Roberto Schwarz definiu essa postura com certa graça, em 1969, inspirando-se em poema de Drummond. Denominou-os "fazendeiro do ar", anticapitalistas de elite, detentores de um código de linguagem exclusivista, o qual contribui por isso mesmo à consolidação do privilégio. Sempre críticos a tudo e a todos não admitem entretanto a discussão de seus instrumentos de análise, ou seja, de sua própria linguagem: ela é peça fundamental do seu sistema de poder.

Suas "reservas de caça" estão ou estavam perfeitamente delimitadas. Nordeste para Freyre, São Paulo e adjacências para Buarque, Minas e Rio para Arinos. E não se conhecem críticas recíprocas desses senhores entre si.

Curioso notar que suas produções guardam certas identidades com a de Benedito Croce, na Itália. Numa concepção de Nação, de povo e de Estado que elide teorizações sobre as reais condições os estamentos e classes sociais. Importante notar, ainda que seu ensaísmo é deveres sedutor, ao ponto de encantar certos produtores culturais de suave inspiração gramsciana. Em suma, sua concepção de cultura cimenta um forte sistema ideológico que não permite a emergência de uma renovação conceitual que propicie a elaboração de uma teoria sistemática sobre as classes sociais. Sobre essa teoria, competiria à sua equipe a produção de uma história social do Brasil renovadora e reveladora, moderna enfim. Como aliás sociólogos, literatos, economistas e fizeram em seus campos.

Quanto à passagem de Buarque pela USP, considero-a superficial. Viveu nela durante um dos períodos da História do Brasil mais favoráveis, quando poderia ter articulado uma das melhores equipes acadêmicas do País, à semelhança do professor Florestan Fernandes. Nada fez, e ainda deixou uma herança penosa para os que ficaram: propiciou ou silenciou sobre a carreira de elementos autocráticos e incompetentes, que hoje ocupam posições de mando, em situação já muito agora irreversível. Sua estamental "distração", de outrora, custa muito caro, hoje, aos mais novos. Graças a essa "distração", ficamos sem um núcleo de estudos e pesquisas à altura do Instituto Torcuato de Tella, da Argentina, ou Colégio de México, ou École Pratique, da Sorbonne. Ficou-se, na USP, a se ver baleias...

Finalmente, a *História Geral da Civilização Brasileira*, sob sua coordenação, não possui eixo(s), exploratório(s) esboçado(s), não sendo perdoáveis as emissões de alguns nomes, como o do professor Fernando A. Novais na parte referente ao Antigo Sistema Colonial português, não convidado a participar. Distração?

Concluindo, acho-o pessoalmente simpático, considero-o tremendo estilista. Mas representa, em sua noção de "cultura brasileira", de "História do Brasil" etc um certo Brasil que não dá mais pé. Sua visão de Brasil os valores de uma oligarquia esvaziada economicamente, mas que luta por manter no plano estrito da cultura, sua força e seu prestígio. Demais, é como escreveu Alfredo Bosi; suas análises "são sinuosamente esquivas, à dialética das classes cujos ângulos mais agudos elas encurvam sob a mole de notações eruditas e documentos pitorescos".

Se, em termos gramscianos, se entende Buarque como "intelectual tradicional", restará discutir por que emergência de novas camadas sociais não foi suficientemente acelerada para provocar contradições agudas entre as teorias dos "fazendeiros do ar" e as dos novos intelectuais orgânicos (como Francisco Weffort). Afinal, se Freyre abraça Darcy Ribeiro na SBPC, em 1980, Buarque por sua vez é membro do PT.

A última hipótese é de que nada disso tem importância, e que a "cultura brasileira" é uma festa. Nesse caso, "aquele abraço prá quem fica"...

Se a experiência cultural do passado se acumulasse numa genuína cultura brasileira (implicando, claro, num acúmulo de experiência política), os instrumentos para compreender e operar na situação crítica presente seriam conhecidos e manejados; o que se verifica é que, ao inverso, a noção de "Cultura Brasileira" gerada nos últimos 40 anos dissolveu ou obscureceu as contradições sociais e políticas reais quando estas afloravam no nível da consciência dos agentes: numa palavra, a consciência cultural nunca incorporou sistematicamente e criticamente a implicação política de sua própria existência, e por esse motivo pouco auxiliou na elaboração e adensamento de uma consciência social. Na reunião da SBPC de 1975, perguntava-se: "Ciência, para quem? Agora, é o momento de se perguntar: "Cultura Brasileira para quem?" E "qual História?" Os números não jogam a favor de uma democratização cultural. Escrevendo em 1970, Roberto Schwarz indicava que, num país de 70 milhões de habitantes, a chamada Cultura Brasileira não chegaria a atingir com regularidade cinquenta mil pessoas.

Do ponto de vista historiográfico, opera-se ainda, com grande frequência, com conceitos que embacem o conhecimento científico: democracia racial, história cordial e incruenta, o "povo" (e não as classes). Daí ser pobre o elenco de trabalhos sobre história social. O operariado, por exemplo, na década crítica dos anos 60 mereceu apenas 3 ou 4 bons trabalhos, (e assim mesmo não foram historiadores de ofício que produziram). A própria burguesia não mereceu muito mais. E o trabalhador rural só muito recentemente vem sendo objeto de interesse em investigações competentes.

Intelectuais e Estado

É claro que essas considerações remetem ao problema dos intelectuais e a organização da cultura. Qual o papel dos intelectuais? Para Chomsky, "os intelectuais não contam". Para nós, o problema é mais amplo, de vez que os intelectuais no Brasil sempre estiveram integrados nos aparelhos de Estado (no ISEB, nos seminários da Sudene, nas cátedras universitárias, ou falando na Escola Superior de Guerra), fornecendo o estofado ideológico e cultural do processo político. Há trabalhos de

pesquisa histórica recentes que indicam sua decisiva participação no Estado Novo, mais intensa do que se supunha. Afinal, não era Mário de Andrade quem lembrava, na *elegia de abril* (1941) que houve "o momento em que o Estado se preocupou de exigir do intelectual a sua integração no corpo do regime, tempo houve em que, ao lado de movimentos mais sérios e honestos, o intelectual viveu de namorar com as novas ideologias do telégrafo?" "Foi a fase serenatista dos simpatizantes", concluía mordazmente.

Mas este é um antigo impasse, quase permanente. Impasse mais recente, teórico, é o da crise gerada nos últimos 5 ou 8 anos na historiografia brasileira, em que surgiu uma crítica às histórias dos "intérpretes", aos "intelectuais tradicionais" (crítica em geral procedente, de vez que essas histórias nada mais eram que a saga das oligarquias em crise). Ocorre que boa parte da crítica foi produ-

Para nós o problema é que os intelectuais sempre estiveram integrados nos aparelhos de Estado. Esse impasse é quase permanente.

zida (e, depois, freqüentemente desviada) pela bibliografia estruturalista (por assim dizer) - que abandonou a noção de processo pela noção de descontinuidade - não resguardando algo que aquela historiografia oligárquica tinha de bom, que era a noção de processo. Com a marginalização de muitos professores críticos de suas cátedras, ficamos sem a "geração do meio", e não foram poucos os trabalhos de iniciantes pesquisadores de História que nada mais eram que um "pastiche" com várias camadas (mecanicista; historicismo no fundo; roupagem estruturalista).

Só recentemente é que surgem obras de revisão histórica fora da tradição das grandes "interpretações" ideológicas dos anos 30 e 50 (neocapitalista; de Furtado; mecanicista de Sodré; culturalista, de Buarque) e, também, do sarampão estruturalista dos fins dos anos 60. Uma série de pesquisas de alto padrão vem a lume, estudando movimentos sociais, como as de Walnice Galvão (*O Calor da Hora*, sobre Canudos), Ana Martinez Correa (sobre a *Revolução de 1924*), Boris Fausto, sobre a *Revolução de 1930*, Douglas T. Monteiro (sobre *Os Errantes do Novo Século*, o movimento do Contestado), outros mais jovens, como Celso Frederico, sobre as greves operárias em São Paulo.

A visão da história na perspectiva de sistemas se aprimora, seja no estudo de sistemas literários, como o faz Alfredo Bosi (*História Concisa da Literatura Brasileira*), seja no estudo da política econômica, como o faz Fernando Novais (*Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial Português*), ou das instituições econômicas, como o faz José Ribeiro Júnior, ao estudar *A Companhia de Pernambuco-Paraíba* (s. XVIII), ou Heloisa Fernandes, em estudo de sistema político e controle social (*Política e Segurança*).

Os estudos de ideologias nacionalistas ganham novo impulso crítico com as pesquisas de Adalberto Marson (sobre Alberto Torres) e Evaldo Amaro Veira (sobre Oliveira Viana), e Caio Navarro Toledo, (sobre o ISEB). Sobre *Liberalismo e Controle Social no Século XIX*, surgem as pesquisas de Maria Stella Bressciani, além das análises de Maria Lígia Prado e Maria Helena Capelato sobre *A ideologia de O Estado de S. Paulo* (1927-1937). Com todos esses trabalhos de alto nível começa a emergir uma nova visão da História do Brasil - e constituem apenas uma pequena amostragem.

Mas os cursos de pós-graduação (que são, ou deveriam ser, cursos de excelência) ainda se ressentem da ausência dos mestres marginalizados (aposentados), cujos livros são enormemente estudados aqui e no exterior. Recentemente, *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, foi objeto de colóquio numa universidade norte-americana. Razão parece ter Michel Debrun, para quem os "brazilianistas fizeram muito menos pelos estudos da realidade nacional do que teriam conseguido os pesquisadores brasileiros, se não tivessem sido marginalizados nos últimos anos" (*Veja*, 14-1-1976, p.3).

Proposta

Como terminar um balanço como este, no âmbito da SBPC da Associação? No mínimo (mas realmente no mínimo) com uma solicitação à presidência da mesa que encaminhe proposta enfática à plenária final, de reintegração dos professores aposentados às suas cátedras. Se é que aceitam retornar às suas escolas, tão aviltados que foram. Afinal, em 1961 o próprio general Castello Branco convidou o professor Florestan Fernandes para falar aos oficiais do II Exército. Júlio de Mesquita Filho ouvia-o com frequência.

SBH
cp 349 ex 04
anexo
4/27

OS FAZENDEIROS

CARLOS GUILHERME MOTA

DO AR

De Luc, *Lettres physiques et morales sur l'histoire de la terre et de l'homme*. Paris, 1779.

“Ce sont plutôt les générations qui se corrigent, que les hommes; c'est la jeunesse encore exempte de préjugés, et indifférente aux systèmes, qui en juge le plus sainement”.

Os processos pelos quais passou o Brasil nos últimos quarenta anos oferecem farto material para o historiador das ideologias. Algumas categorias de pensamento (ideológico) parecem resistir às mudanças e permanecem, sob nova roupagem, como indicadores de mecanismos de preservação de um mandarinato (Chomsky) que não raro possui conotações classistas (ou estamentais) e mesmo, na melhor das hipóteses, etnocêntricas. Nesse sistema cultural que se estruturou, e do qual não se devem descartar as sérias implicações políticas, fabricam-se ideologias que refletem e ao mesmo tempo se identificam com um certo estado de coisas, uma vaga noção de ordem, ou, quando progressistas (para o nosso meio, entenda-se bem), com a aceitação proustiana da mudança; no limite, e na melhor das hipóteses, essas ideologias são resguardadas por uma postura condescendente para com a veiculação da velha idéia de que a vida social muda tão lentamente como o sistema solar.

Contudo, a despeito das mudanças (sociais e políticas) e das persistências (culturais e ideológicas), algumas questões permanecem de pé: em que direção avança o processo cultural entre nós? Quais as noções de *processo cultural* atualmente veiculadas? Uma terceira, talvez ingênua: por que a polêmica desapareceu e/ ou foi abafada entre nós?

As respostas a tão impertinentes questões tornaram-se patrimônio exclusivo dos “explicadores” do Brasil, que não hesitaram em partir à busca do “caráter nacional brasileiro”. As aspas, no caso mencionado, são necessárias porque se evoca com essa formulação o título de sua publicação em 1969: refiro-me à obra de Dante Moreira Leite, *O Caráter Nacional Brasileiro. História de uma Ideologia* (1). E são necessárias as

aspas não por simples ironia: os “explicadores” (as aspas aqui significam que os entendo como ideólogos) do Brasil permanecem ativos, exercendo sua função de heróis civilizadores numa região em que a grande massa continua analfabeta ou semi-analfabeta, e em que a produção de cultura de massa se impõe como única (?) alternativa dentro dos quadros do sistema. Momento significativo é o que está sendo vivido, uma vez que, de um lado, os remanescentes de uma aristocracia cultural (os “explicadores do Brasil”), que falam em nome da “cultura brasileira” ainda continuam a impor — de maneira pouco ou nada contestada — sua visão de Brasil, dizendo da “psicologia social do brasileiro” ou se o brasileiro é “triste” ou “cordial”, e se o processo cultural deve ir mais por um caminho ou por outro.

De outro lado, ficam os homens novos, verdadeiros executivos (no sentido empresarial) e portadores de uma concepção de trabalho intelectual altamente dinâmica, que não apenas serve ao sistema como, hoje, é responsável pelo grosso da produção maciça entre nós: são eles responsáveis em grande parte pela derrocada de uma certa visão humanista do processo cultural, da visão liberal da atividade educativa, da ótica *mannheimiana* do papel do intelectual. E até mesmo, de um lado, pela derrocada de certas interpretações ditas marxistas que tiveram plena vigência entre nós na década passada, caracterizadas pelo esquematismo e pobreza conceitual (neste ponto, penso sobretudo em N.W. Sodrê) e, de outro, da perspectiva aristocratizante na compreensão da “cultura brasileira” (penso em Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, entre os mais destacáveis).

3. Momento rico, pois, em que, de um lado, permanecem por trás da mesa senhorial os representantes do estamento intelectual, zelosos em relação ao controle que exercem nas suas "réserve de caça" culturais, *resguardando através de sua noção de cultura os valores de uma oligarquia esvaziada economicamente, mas que luta por manter no plano estrito da "cultura" sua força e seu prestígio.* Status, eis um bom termo para localizar e definir um dos traços característicos do segmento cultural que compõe o mandarinato remanescente, pouco permeável à crítica e à revisão agora se debatendo numa sociedade que já é de classes. (2) De outro lado, militam os executivos, os representantes de uma classe (pois estamentos não são, com certeza), diria comercial, que eventualmente se nobilitam através da ascensão rápida, atualmente propiciada pelas carreiras acadêmicas — ascensão que tem causado tropelias dentro dos quadros universitários, e que vem sendo recriminadas competentemente pela colunas deste mesmo periódico. Como já tem sido muito criticada esta segunda tendência, a da chamada "cultura de massa" (que não se confunde com cultura popular), voltaremos nossa atenção para o primeiro agrupamento: o dos "fazendeiros do ar".

ANTICAPITALISTAS DE ELITE

Por que "fazendeiros do ar"? Retiramos esta expressão não apenas de Carlos Drummond de Andrade, mas também e sobretudo de ensaísta brasileiro, que lhe deu nova dimensão em artigo crítico, escrito em 1969/1970, e publicado em revista européia. No referido artigo aponta-se a existência desses anticapitalistas de elite, simbolizados numa figura já tradicional da literatura brasileira do séc. XX, o "fazendeiro do ar": "é o homem, escreve o ensaísta, que vem da propriedade rural para a cidade, onde ele evoca, analisa e critica, em prosa e em verso, o contato com a terra, com a família, com a tradição e com o povo, tal como lhe foi tornado possível pela grande propriedade fundiária. E a literatura da decadência rural". Essa figura retém consigo uma certa visão de mundo (vasto mundo) que propicia ao analista excelente campo para o desenvolvimento de suas investigações: na historiografia, na crítica, na sociologia, na antropologia, na dramaturgia, na literatura e até mesmo na pintura (penso nas últimas sendas proustianas de Gilberto Freyre), os "fazendeiros" continuam a produzir e a preservar um comportamento patrimonial em relação à "cultura brasileira". Mas como escreve o crítico, sendo ela marcada por linguagem exclusiva, é certo que contribui por isso mesmo à consolidação do privilégio.

SBH
CP 349 2504
Anexo
5/28

5. Numa palavra, tal concepção de cultura produz os marginalizados. Segundo ainda o autor, escrevendo em 1970, a chamada cultura brasileira não chegaria a atingir, com regularidade e amplitude, 50.000 pessoas, num país de 90 milhões de habitantes. E, como era de se esperar, por ser elemento constitutivo de sua ideologia, não toleram os "fazendeiros" a discussão dos seus instrumentos de análise, ou seja, da sua própria linguagem: ela é peça fundamental do seu sistema de poder. Como não possuem explícita uma teoria das classes sociais no Brasil, os ideólogos da cultura brasileira podem se permitir falar, por exemplo, das "classes ínfimas", ou falar do "povo" com tal nível de generalização que toda a história fica nivelada numa superfície com poucas manifestações de tensão — brota, assim, uma história incruenta, para retomar um dos pontos centrais da crítica de José Honório Rodrigues. Uma análise detalhada do vocabulário dos "explicadores" do Brasil se impõe, portanto, não para instaurar uma espécie de "superstição do vocábulo puro, ou seja, perfeitamente unívoco, petrificado, e válido para todo o sempre, como parece temer o prof. Sérgio Buarque de Holanda, ponto de referência na historiografia brasileira, em recente artigo publicado neste mesmo *Suplemento*: não se trata de substituir o mito do fato puro pelo mito da linguagem. O que se tem em mira, isto sim, é iniciar um processo de discussão do instrumental conceitual dos "explicadores" do Brasil, na melhor linhagem de Lucien Febvre. Quais os termos-chaves para tais ideólogos? Como é visualizada por eles a sociedade brasileira nos diversos momentos de sua história?

Vale notar que essa posição não deriva de impertinência de uma historiografia mais jovem em confronto com uma historiografia mais idosa: não se trata de um problema de "gerações" historiográficas, porque a idéia de geração também pode ser ideológica. O que se trata é de saber porque investigadores de porte utilizam terminologia ecletica em suas análises. Pensando no caso do Brasil, concretamente: os conceitos de classe, de estamento e casta, já foram utilizados por autores diversos, em sentidos diferentes, para explicar uma mesma formação social. E o que não deixa de ser curioso, pensando em termos de relações de produção para determinado período, eles geralmente estiveram de acordo que a base do regime de trabalho era escravista... Afinal, trata-se de saber do que estão falando, trata-se de uma questão de precisão e de adequação conceitual.

INSTRUMENTAL MAIS ADEQUADO

Talvez não seja por acaso que novas frentes da historiografia e do pensamento sociológico no Brasil (como, de resto, em outros núcleos da América Latina) venham se preocupando com a utilização de instrumental mais adequado para a discussão dos processos de estratificação. Em perspectivas diversas mencionam-se, sem preocupação de

SBH
CP 349 EX 04
anexo
6/24

arrolamento, as investigações de Florestan Fernandes, muito especialmente em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, onde publica comunicação apresentada ao Seminário sobre os Problemas de Conceituação das Classes Sociais na América Latina, na Universidade Nacional Autônoma do México (1971), sobre os conceitos de classe e estamento, que aliás servem de título para um dos capítulos de *Comunidade e Sociedade* (SP, CEN), concernentes à história do Brasil. Também o trabalho de Raymundo Faoro (*Os Donos do Poder*, 1958); de Francisco Iglésias, em seu estudo recente sobre a historiografia brasileira, apresentado em maio no Panamá, onde insiste na necessidade de se estudar os estamentos, castas e classes na história do Brasil; de Fernando A. Novais, que indica para o fim do período colonial a "estamentização" da sociedade (in *Brasil em Perspectiva*, SP, Difel, p. 71); a obra fundamental de Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (1969), que ainda não foi objeto de estudo crítico profundo para a avaliação de sua importância na revisão da historiografia brasileira. Não terá sido por descuido, ainda, que surgiu nas livrarias a bem concebida coletânea de textos básicos organizada por Otávio Ianni (*Teorias de Estratificação Social*), dividida em três partes: castas, estamentos e classes. Não terá sido por acaso que no último colóquio de Saint-Cloud — na velha França, ponto de referência eterno dos "fazendeiros do ar" — se tenha escolhido para tema central "Ordens e Classes": o prefaciador das atas do encontro declara que, no respeitante ao tema, a historiografia francesa se encontra no mais obscuro caos...

Claro que não se pretende, com o que ficou indicado, estabelecer um quadro rígido de conceitos de base, e purgar o pensamento historiográfico e as reflexões sobre o passado, elaboradas com toda uma carga de compromissos sociais e políticos. Os "explicadores" do Brasil é que precisam ser explicados, e Dante Moreira Leite já iniciou importante roteiro de revisão, mostrando inclusive as raízes da valoração da cultura ornamental, "característica de todas as sociedades marcadas por desigualdades muito violentas e o Brasil não é exceção a isso" (CNB, p. 289). Já se vive numa fase em que não mais se acredita no mito do "fato puro", ou da "cliometria" (que é ideologia), no mito da linguagem (e portanto da existência de conceitos-chave absolutos para a triagem do material empírico — os documentos e da produção historiográfica). O que se pretende é uma fundamentação que permita discutir e estabelecer os usos e as transformações nos usos dos instrumentos de análise daqueles que estudaram essa categoria abstrata denominada "o homem brasileiro".

Ao invés de se discutir se o homem é "aventureiro", "cordial", "individualista", "inquieto e desordenado", o que se pretende é indagar sobre os princípios de organização da sociedade da qual faz parte. O problema não é de se inspecionar o caráter nacional outorgando tal ou qual comportamento ao brasileiro em geral: a tal postura prefiro sempre os resultados dos estudos de Mário de Andrade, que desvendou a característica básica "do brasileiro"; no outro extremo, se o problema for o da utilização rígida dos procedimentos das análises linguísticas, ficaremos com a "Gramática Africana", de Roland Barthes...

De qualquer maneira, o tema básico a ser discutido é o da redefinição do papel do intelectual, em áreas e tempos em que os "fazendeiros do ar" vão rareando. Em face da imensidão da tarefa, nada melhor que um exemplo de modestia, o de Sergio Bagu, conhecido historiador argentino, que numa altura avançada de sua carreira tomou a decisão de suspender tudo (livros inconclusos e tarefas da cátedra) e repensar sua temática do princípio ao fim, palmilhando a América Latina, sensível às contradições existentes entre sua posição intelectual e a realidade observada. Dessa verdadeira crise surgiram novas idéias que permitiram a Bagu rever suas posições teóricas e repensar o ordenamento da realidade social, discutindo o para quê da estratificação; a natureza relacional das etnias; os princípios de organização da sociedade em estamentos, castas, classes etc. Ao assumir sua crise, forneceu magnífico exemplo de atitude em face da atividade cultural. Por isso, sua obra (*Tiempo, Realidad Social y Conocimiento*, s. XXI, 1970) tem o valor de um testemunho:

"De viajar e ver na América Latina — miséria e opressão numa área de enormes recursos naturais —, de estudar seus problemas e executar as tarefas da cátedra, foi surgindo uma dúvida grave. A de que existe uma teoria do fenômeno social que se encontra radicalmente ultrapassada pela realidade. E elaborada nos centros culturais do Ocidente e traduzida na América Latina em idioma vernáculo. Nessa teoria há uma porcentagem grande de criação; outra, muito maior, de culteranismo e preciosismo profissional. América Latina, continente colonizado desde séculos, pagou e continua pagando tributos em sangue e espécie. Tributos renderam também seus intelectuais no mundo das idéias e nisso continuam ainda não poucos. A tradução continua sendo, em escala sufocante, o metro com o qual se medem tanto o mérito profissional do teórico como o empuxo do revolucionário. Percebemos já, entretanto, os sintomas de uma nova atitude: a conquista do direito à opinião própria, respeitosa para com os antecessores mas liberada de toda reverência inibitória".

Notas:

1) São Paulo, Pioneira, 2ª ed. revista, refundida e ampliada, 1969. A resenha crítica que registrou devidamente as análises contidas na obra de Adalberto Marson "Sobre a ideologia do caráter nacional: uma revisão" (Revista de História, S.P., nº 86, 1971).

2) Dada a generalizada confusão que o termo "classe" vem provocando na seara historiográfica (ao ponto de alguns terem abandonado simplesmente seu uso, para maior comodidade), valerá a pena retomar a discussão pelo princípio. Para tal, consulte-se E. J. Hobsbawm, "From social history to the history of society", in Gilbert, F. e Graubard, S. — *Historical Studies Today*, N. Y., W. W. Norton and Co., 1972, pp. 1-26.

Meu caro Carlos Guilherme Mota.

Aí vão, conforme o prometido, observações que me sugeriu a bibliografia crítica de 1822-Dimensões.— Foram escritas de início para mim-mesmo. Gosto de anotar e comentar às vezes escritos que me interessem ou, de algum modo, me agridem a imaginação.— Fiz poucos retoques, mas vou tirar cópia das notas para talvez desenvolvê-las em estudo mais amplo. Convém dizer que, tendo sido, muito em bora, um dos alvos das balas de D^a Giselda Mota, não me preocuparei aqui em defender-me. Que seu mau historiador já é negócio manjado demais, e até mesmo o Manequinho Salazar sabe disso há muito, assim como o Tito Livio Ferreira. Se ocasionalmente pareço tentar explicar-me é porque estou de cambulhada com outros que não escaparam ao canhoneio de G. M. — Alguns são de boa companhia e desvaneço-me por ficar ao lado deles. Para simplificar chamarei a ilustre bibliógrafa de G. M. Nada tenho de pessoal contra ela, até la mento não a conhecer pessoalmente ou, se a conheço, não me lembrar direito de sua fisionomia: isso me acontece muito. — Mas como o li vro, e em especial a bibliografia comentada, é expressamente um a pelo ao debate, aqui estou, de armas e bagagens:

1. Bibliografia.—

Não gosto de fazer críticas bibliográficas, em que o crítico nunca terá dificuldade em lembrar obras que o autor omitiu e ê-le próprio talvez não conheça. Aqui, entretanto, é forçoso abrir exceção, ^(que) já o trabalho se chama, de fato, bibliografia, e que os escritos registrados são o ponto de partida necessário dos gloriosos comentários de G. M. Seu notável saber já é manifesto no fato de citar eitar, por exemplo, no original sueco, a obra de Gurtavo Beyer, desdenhando a tradução portuguesa, porventura mais acessível ao comum dos seus leitores. O curioso, entretanto, é que, se preferiu mesmo citar no original as obras, o que é um critério defensável, entre outros, deixou de seguir êsse critério no caso dos escritos de Saint-Hilaire, que todos, com uma exceção, vêm em português. Não duvido que G. M. saiba ~~como~~ sueco. Como não tenho essa vantagem, fico ineapacitado de afirmar que aconteceu com Beyer o que em geral aconteceu com os títulos alemães quase metodicamente estropiados (v.g. o de Freyreiss de que também há tradução, mais de uma, em português).

Nêste ultimo caso é claro que a crítica, se existisse, não se dirige a G. M. mas ao tipógrafo, ~~devidamente~~ Menos explicável, todavia é que, apesar de conhecer ~~com toda certeza~~ o alemão, pelo de outra forma não se compreende como livros alemães estejam en

tre a meia centena de obras que com certeza leu, pois do contrário como poderia escolher, entre elas, os 15, aproximadamente, que mereceriam ser incluídas na introdução à bibliografia? — só cita, de Spix e Martius, as partes ^{traduzidas} sobre a Bahia e S. Paulo, desprezando por exemplo a do Rio de Janeiro que importaria mais ao tema deste livro. Aliás sei da existência de tradução completa da Viagem ao Brasil e se é má a tradução, segundo me informam, não parece razão plausível para excluí-la de uma resenha onde há tanta coisa ruim, de acordo com os comentários.

Após tão exaustivo trabalho de arrolamento de escritos relacionados com a Independência, não deixa aliás de ser curioso que à pág. 435 apareça mencionada a obra de J. E. de Moraes Sarmiento a respeito de "D. Pedro I e sua Época" publicado no Porto, em 1924. Até aí ^{parece} tudo certo. — Apenas a autora não deu atenção ao fato do livro tratar de D. Pedro I de Portugal que nada tem a ver com D. Pedro I do Brasil. Entre os dois Pedros vai uma distância de quase 500 anos, e nada ^{oferecem} ~~há entre~~ eles de comum, a menos que G. M. se lembrasse de que ~~os dois~~ tinham amantes e que as amantes tinham ~~os dois~~ apelido de Castro (Inez e Domitila), o que é pouco. Devo dizer, a bem da verdade, que também desconheço o livro do General ~~de~~ Sarmiento, mas conheço o do Dr. (cardeal) Cerejeira que rebate algumas das suas afirmativas. O engano, porque há engano mais do que engano neste caso, não favorece muito os zelos científicas de G. M.

2.- As palavras e as sentenças.

É altamente louvável o interesse demonstrado aqui a todos os momentos em favor da precisão maior no discurso-histórico. No entanto ~~uma~~ preocupação grande é com as palavras, e porque não com as frases? — No começo deste século, quando Bertrand Russell e Whitehead se preocupavam, do ponto de vista lógico, com a "linguagem perfeita" ou tendente à perfeição, seu interesse maior foi pela syntaxe, não pelas palavras de nossa linguagem ordinária. Essas palavras são, quase todas, necessariamente vagas ou ambíguas. — Quase todas conservam uma zona de imprecisão maior ou menor, que Russell denominava "penumbra". Vale apenas lembrar isso, embora esse problema da linguagem ambígua ou imprecisa já pertença largamente ao passado, para mostrar a extrema facilidade com que G. M. erra o alvo. Isso é explicável, sabendo-se que ela tende a conferir quase ~~um~~ valor mágico às palavras. A tal ponto que não hesita em querer ver expulsas do vocabulário do historiador as que julga perigosas. Do contrário o "santo" não desce, presumo eu.

Abandonando, porém, o terreiro, cabe lembrar que a imprecisão

são vocabular pode ser até certo ponto corrigida pelo seu uso na proposição. - Houve um discípulo, e depois mestre, de Russell, que se chamou Wittgenstein, antepassado do positivismo lógico, do "circulo de Viena" e em geral das atuais filosofias analíticas ^{que} explicou-isso nas Investigações Filosóficas. - Em sua linguagem, que a força de querer a precisão, se torna difícil e até sibilina em muitos casos, escreve de forma inteligível que a palavra só tem significado, de fato só ganha significado, nos jogos de linguagem onde tem seu abrigo (origem), sec. 116. E em outro lugar (sec. 432) ainda diz: "Cada sinal em si parece coisa morta. O que lhe dá vida? - No uso ele vive..." - Sua despreocupação com a sintaxe que procura compensar com um interesse falacioso pela magia das palavras destacadas do contexto, explica não poucas imprecisões e confusões de D^a Giselda. Já não me refiro aqui à sintaxe gramatical, pois é assunto que muitas vezes foge também à minha competência, embora admita que a desgramática seja em parte responsável por isso. É perfeitamente ininteligível, para citar um exemplo, uma observação como a que faz (ã pag. 303) sobre o poder de decisão autónoma que a "historiografia tradicional" confere aos heróis, levando-a a promulgar que o Snr. Gaio Prado Junior conferiu dimensões heroicas ^{ao Príncipe Regente D. João}. E há inúmeros casos semelhantes, como a da "historia do se", que arbitrariamente retira de uma proposição perfeitamente correta de outro escritor (387), e amplamente documentada, para depois decretar ^{contra o autor} que é simples formulação especulativa a versão que ela própria forjou caprichosamente. - O que se pode entender de todo o emaranhado de opiniões de G. M. é que ela gostaria de ver reduzida a história a uma espécie de esqueleto da História. Contra isso, a verdade é que não tenho apenas motivos intelectuais, mas também pessoais e provavelmente subjetivos, isto é "anti-científicos". Pessoalmente não sou necrófilo, e quanto a isso, ~~já me basta~~ ^{me um} "bico de papagaio" que apareceu ultimamente.

3.- Direitos do Povo

- Das preocupações com o léxico que distinguem D^a G. M. - ha caso notável nesta passagem à pag. 380: "A noção de "povo", além de inconsistente, encontra-se no texto empregada com sentido dúbio. Os lavradores não são "povo"? - E o exercito? A própria "burguezia"?". O trecho assim censurado é de Oliveira Lima. - Não quero, note-se, defender o reacionarismo do autor. - O que pretendo é que a leitura do trecho mostra bem claramente que ^{ele} se refere às camadas inferiores, uma vez que as separa dos negociantes, dos lavradores, do exército. Dessa questão de "camadas inferiores" - tratarei adiante, mas por ora devo dizer que a inteligência dada pelo autor à palavra "povo" corresponde a ^{uma} ~~uma~~ das ~~suas~~ acepções, e que a ambiguidade do vocábulo desaparece no contexto.

E é possível que em certos casos se tirasse vantagem da própria ambiguidade do vocábulo. O caso talvez mais célebre é ~~talvez~~ o de Mirabeau que, em 1789, lançou na Assembléia Nacional Francesa a fórmula: "Nós, os representantes do povo ..." - A expressão poderia casar-se bem com a tese do abade Sieyès, de que o Terceiro Estado por si só representava a nação (o povo), dado que a nobreza, e o clero, não passariam de corporações, cujos membros, individualmente, poderiam unir-se ao povo, sem todavia representar a ordem a que pertencesse: era o caso seu, que vinha do clero, e até o de Mirabeau, que vinha da nobreza. Entretanto havia quem estivesse alerta, perguntando ao tribuno: quer referir-se ao povo no sentido de populus ou ~~como~~ de plebs? Os dois significados eram igualmente legítimos, e a pergunta ia fazer o jogo da Côte, do clero, da nobreza, porque o orador, se optasse por uma significação, ficava mal com as classes infimas, e se preferisse a outra se incompatibilizaria com a nobreza, a que estava ligado pela origem. - Mirabeau saiu-se da dificuldade aludindo ao que todos sabiam, que a palavra povo não era unívoca e, não obstante isso, quiz apelar deliberadamente para um termo "suficientemente elástico, o qual pode querer dizer pouco ou muito". E a confusão prevaleceu. - No caso da passagem criticada de Oliveira Lima é ~~um~~ claro, entretanto, e não só para o "leitor inteligente", o que o autor queria dizer. Em português usou-se ainda "povos" para designar em conjunto os 3 Estados. E para complicar há em castelhano (e eventualmente em português) a expressão "pueblo" para povoado ou aldeia. - No entanto só mesmo um caçador de pulgas irá julgar ~~profundamente~~ vaga a denominação "7 Povos das Missões".

4.- Historia e Conceito de Classe

Há outras expressões, além disso, que mudam de sentido através dos tempos. Por exemplo "liberdade", nos tempos feudais, poderia significar "privilégio", mas passou a significar quase o oposto, depois que se tentou derrubar qualquer privilégio, ~~de qualquer~~. - Assim também, ainda em 1817, no Brasil, como v. bem sabe, quem se proclamasse "patriota" tornava-se muito provavelmente um candidato à forca; hoje, no entanto, quem tenha a ousadia de não se querer patriota corre o risco de ser hospedado pela Operação Bandeirante, ~~se não for~~. Em tais casos é admissível que o historiador, e não apenas o historiador, tenha cuidado ^{em} bem precisar as significações.

Pode também acontecer que certas palavras tenham sentido vago ou, na melhor hipótese, aproximativo, e no entanto ^{sejam} rigorosamente insubstituíveis. É certamente o que se dá com o termo "classe", isolado e, principalmente, nas formas compostas: "classe infima",

5.

ou "... baixa", "classe média", "classe alta" ~~q~~, pior-ainda, "consciência de classe". Pois se o "nível da consciência é restrito" (cf. decreto a fls. 385), porque associá-lo então ao conceito de classe, que é inconsistente e anti-científico? Para ~~uma~~ eletricista ~~que~~ previdente como G. M., quando se depara com palavras tão escuras, a negócio é tratar de as eliminar afim de iluminar. Há outras saídas: pôr no plural o vocábulo ofensivo, ou simplesmente substituí-lo. Na minha triste opinião, o plural, contudo, não precisa, justamente porque, não singulariza. - Quanto a substituir ... Não se fala em estratificação (social ou económica), então porque não dizer ~~logo~~ estratos? Ou mesmo camada? Tenho minhas reservas a respeito desta última. "Camada" sugere "cama" que é onde a gente repousa. Ora, como ligar a ela o que antes se chamava "classe", que nos tínhamos habituado a considerar uma realidade labil e movediça? "Estrato" é talvez mais benito, e faz pensar em Geologia, que é ~~uma~~ ciência. Por outro lado é fora de dúvida que lembra coisas pétreas e inanimadas, como se fossem classes mineralizadas. - Para certos "cientistas", é certo, há ~~uma~~ aqui uma vantagem, ou seja a de sua própria inércia torná-las mais docil à manipulação que há de servir para brilhantes especulações. Ou so crer, não obstante, que não poderão ser estas senão especulações no mau sentido, pois também as há no bom sentido, como adiante espero ter ocasião de ~~mostrar~~ mostrar.

- Em todas as tentativas que conheço de substituição da palavra, o que vejo são simples escamoteações da dificuldade. - Estas quando me nos se espera voltam pela janela. V. mesmo, em Nordeste 1817, fala em "estratos médios" e "baixos estratos" à pág. 85, só para não usar classe (s) media(s), ou baixa(s). - Mas, se não me engano, volta em outros momentos ao vocábulo impreciso e falacioso. Acho que as imprecisões, em muitos casos, são corrigidas pelo leitor inteligente e não há mesmo como ~~evitar sua cooperação~~ *fazer tão pouco no leitor*. Quando Gunnar Myrdal ~~propõe~~ *acutou* por exemplo, o conceito de "casta" para marcar a diferença entre brancos e pretos em um país como os EE.UU., sabia-o impróprio. Na Índia as castas são rígidas (ou eram-n'o em 1944), ao passo que nos EE:UU. a colour line, apesar de tudo, deixa lugar ~~aos~~ passings, imperceptíveis a olho nú.

5.- Sobre o aspear e outras transas.

- Nisso de classes e consciências de, já não vou me socorrer da obra de um Lucáez, velha de 50 anos, mas apelo para Ernest Labrousse, a parentemente de algum crédito para G. B. - O qual Labrousse, ainda no 1º semestre de 1970 falava em "classes" e várias composições onde cabe geralmente o termo, e refere-se até à necessidade de se fazer o estudo da formação da classe: "Une histoire a faire", diz. - "Aux historiens et sociologues d'entreprendre ce grand travail, essentiel aux uns et aux

autres". E porque não lembrar Marc Bloch, que dedica todo o 1º livro do 2º tomo de sua obra clássica sobre a Sociedade Feudal a classes e até a consciência de classe? Também trata da hierarquia dentro das classes, onde vilãos e rústicos ocupavam o grau mais baixo e os mais altos eram o clero e a nobreza, esta uma classe de fato, diz, antes de ser classe de direito. Aliás o sub-título do volume é "As Classes e o Governo dos Homens". Mas Bloch já está envelhecido, dirá G. M. Que absurdo falar em classes na idade média! Em vez de sugerir ~~para~~ para grandes crimes ~~na~~ grandes perdões, lembro-me ^{de} que Soboul, seu examinador de doutoramento, mostrou em 1966 no Coloquio de Saint Cloud, que o existirem Ordens, como se dizia, não excluía a presença de Classes, como não se dizia, ao menos no sentido atual. E acrescentava que uma sociedade de Ordens não se contrapunha, juxtapunha-se, à sociedade de classes. "A Ordem", explicou, "é a forma jurídica e a aparência, mas a realidade social é a classe". É significativo que nos debates suscitados ^{pela exposição de Soboul} ~~pela~~ ^{essa afirmativa} ~~foi~~ também Labrousse o primeiro a aplaudir ~~a ideia~~ ^{de} de que a Ordem não ~~exclui~~ ^{exclui} a classe.

Bem, por causa das dúvidas não custa aspear o que possa parecer ambíguo ou multívoco. Assim convém escrever "Independencia" para o leitor ficar sabendo que eu sei que, no Brasil, "Independencia" não foi bem-independência. Não tenho nada contra, mas acho que, no fundo, isto é ~~um~~ provinciano. Passei uns meses, ha muito tempo, em Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, e o diretor alí de um jornal chamado O Progresso, meio dado a-humorista, abusava tanto das aspas e da caixa alta, para indicar que as palavras deveriam ser entendidas cum grano salis, que no fim o jornal tinha ^{quase} mais aspas do que palavras. Quanto a mim acho até galante isso de se enfeitarem de chifrinhos os vocábulos equívocos, mas admito com certa frustração que já não estou para tais excessos.

6.- De como os pecados podem ser virtudes.

Em um ponto (pág. 389), G. M. aponta esta enormidade: um pretense historiador, entre outras coisas, de precisão bastante relativa para que sua linguagem possa considerar-se científica, vai ao ponto de falar "até mesmo em "pecado de incoerencia". E para agrifafar seu espantome científicar o leitor desprevenido de que aquilo passa os limites do toleravel, faz seguir o comentário de reticências bem chapeironadas de ~~mas~~ parenteses científicos. ^{isto} ~~isso~~ ^{me} ~~faz~~ ^{faz} ^{em} ~~que~~ ^{sem} ~~apesar~~ ^{de} de tão sabios pruridos, a moça ainda está ~~muito~~ ^{perto} ~~do~~ ^{do} catecismo. Senão perceberia que a palavra "pecado", longe de ser patrimonio da Santa Madre Igreja admite igualmente ^o ~~o~~ uso profano, com o significado de "erro". Com esse significado já existia antes mesmo de haver cristianismo, sob a forma latina de peccatum. E se ela ouvis

se algum italiano exclamar "Peccato !" não precisa persignar-se, pois é como se êle dissesse, em português: "Que pena !". Lembro-me de um filme em Roma, que se chamava "Peccato que no sia uma prostituta", ou seja "Pena que não seja uma prostituta". - Por onde se ve que a personagem, numa tradução preguiçosa, pode também pecar por virtude. - Escrevo personagem de propósito, em vez de "heroína", palavra aparentemente ~~não~~ ^{uma} ~~dúbia~~, porque tem pelo menos dois significados bem claros - isto é o de figura dramática (+ ou -) e também o de herói de saias, dando que não vestisse calças, como de fato não vestia no filme em questão - ^{seu} e ainda um terceiro, que é tanto ou quanto ~~ma~~ ^{ma} ~~fioso~~. - Entretanto poderia dizer também heroína se quizesse indicar que a personagem resistiu heroicamente a todas as tentações, mas neste caso entraria uma interpretação, não ~~propriamente~~ uma tradução. - Além disso a tentação capaz de induzir ao pecado, no sentido do catecismo, não corresponde ao "Peccato" do original. É verdade que o próprio vocábulo "pena" é igualmente vago, como se pode verificar em qualquer dicionário onde aparece com múltiplas significações. - Tudo isso mostra bem como a linguagem precisa nem sempre é - geralmente não é - a do discurso direto, se assim se pode dizer.

7.- Entre a Fatalidade e o Palavrão.

Estas notas vão ficando mais extensas do que eu esperava, de um lado porque vou tomando gosto pelo assunto, e de outro porque preciso apoiar-me em autoridades mais ilustres do que a-minha, de ^{ainda} outro porque sou forçado a explicar-me, às vezes longamente. G. M ao contrário pode ser dogmática, querendo que seus decretos sejam artigos de fé, justamente porque lhe faltam ainda ~~muitas~~ horas de vôo. Outros acharão que a sua é ~~uma~~ ^{uma} atitude pouco científica, mas ela dirá que ~~esses outros~~ ^{esses} são uns ressentidos, e está na ~~posição~~ ^{posição} de fazer ouvidos moucos. Eu, de minha parte, posto que mau piloto, já estou mais para a aterrissagem, e quem dirá que não vá precisar de muletas. - Além disso, socorrendo-me delas, ou seja daquelas autoridades ilustres, consigo dar largas ao meu natural pedantismo.

Voltando, porém, às idiosincrasias de G. M., lembro-o aborrecimento que lhe dá, onde quer que apareça, a palavra "fatal" e isso aparece em quase todos os seus comentários. Porque essa palavra lhe sugere que o autor que a emprega crê na fatalidade em historia. Exemplo: ao ler num escrito que aos homens do 1º Reinado "não custava acreditar como provavel, quase fatal, para a antiga America lusitana..." logo protesta: aí está a fatalidade em história. Sem precisar insistir no evidente non sequitur ^{da} ~~dessa~~ conclusão eu poderia lembrar como a -idéia que pode exprimir-se por aquela palavra "fatal" se acha muitas vezes de modo tácito ^{em} ~~em~~ ^{em} conjunções ou advérbios -- porque, portanto, assim,

pois — que ninguém expulsou ainda da história. — E se apelar para a linguagem rigorosamente científica, dizendo, por exemplo, que p implica q, presume-se que implica obrigatoriamente, fatalmente. É ex-
cusado querer objetar com a alegação de que se comparam coisas hete-
rogêneas, porque então seria preciso confessar que o saber-histórico
nada tem a ver com o que G. M. entende por científico e que o crité-
rio de exatidão não é o mesmo nos dois casos. — Nas ciencias da natu-
reza, chamadas exatas, exige-se ~~aquele~~ fatalmente, ou então seria ne-
cessário dizer que, em certas circunstancias, pode acontecer que $2 +$
 2 seja igual a 5 . Em história o "fatalmente" pode empregar-se, no pior
dos casos, por força de expressão e ninguém seriamente dirá que en-
volve ~~a~~ crença na fatalidade. — Seria como pretender que alguém acre-
dita no milagre, só porque disse, por exemplo: "X não se machucou por
~~um verdadeiro~~ milagre".

Na aversão de G. M. pela palavra "fatal", aversão que não re-
vela por inúmeras outras que podem ser entendidas ainda mais arbitra-
riamente, se sujeitas a processos como o da curiosa "historia do se",
que lança à pág. 387, é possível que tivesse em mente o latim fatum,
que apesar de várias acepções toleráveis numa proposição científica,
admite outras bastante misteriosas e naturalmente condenáveis. Per-
que aquele que só se quizesse valer de vocábulos perfeitamente "neu-
tros" e "unívocos", apelando para a etimologia, acabaria sem poder a-
vançar, ~~e~~ nem recuar no seu trabalho. — Sobretudo recuar não lhe se-
ria lícito, se fosse de ~~um~~ imaculado decore, pois quem não sabe que
"recuar" pela origem é gesto pouco decente e só explicável por meio
de ~~um~~ palavrão? Mas "palavrão"? Trata-se de aumentativo de pala-
vra, que vem de parabola, e cientista não pode falar por meio de pa-
rábolas, senão cai em literatura.

8.- Da Minuciosa Imprecisão.

Se quizesse dar exemplos de como G. M., se fosse consequente,
acabaria por ser ~~minuciosamente~~ ^{ainda mais} imprecisa e subjetiva, teria de multi-
plicar inutilmente estas páginas. Começo pela 1ª sentença de sua o-
bra: "Dentre a meia centena de Autores que mereceram comentário cri-
tico, seleccionamos cerca de quinze que, por se inscreverem dentro
de tendencias mais nítidas e por trazerem contribuição inovadora, for-
neçam elementos para um debate". Mesmo sem muito rigor, verifica-
se que tudo isso é subjetivo demais e impreciso para que se conside-
re ~~linguagem~~ científica. Porque essa meia centena mereceu comentá-
rios? O mérito é ajuizado pela autora ² por motivos misteriosos que
num trabalho científico precisariam ser explicados. Não é ~~preciso~~ ^{mister}
insistir no que já foi dito aqui, a saber que vários trabalhos arro-
lados ~~ela~~ ^{os} desconhece ~~profundamente~~ ^{profundamente} e um ~~desconhece~~ com certeza, ~~dei-~~
~~xando-se enganar~~ ^{o grupo - a} pelo título. Como poderia então "seleccionar" se

não leu todos, e como saber que uns 15 mereciam comentário? -Aliás, a té o ato de seleccionar e já conhecido envolve critérios subjetivos. A verdade é que tudo aqui é, quando muito, apenas aproximado, como aproximado é em geral o que escreve o historiador, salvo quando se pretenda "científico" e dado que o consiga. Adiante: "... por se inscreverem dentro de tendências mais nítidas..." Neste ponto chega a imprecisão ao desvario, pois o que são tendências nítidas? É como se dissesse: "N. tem tendencias nítidas". -Talvez porque N. não teria tendencias ambíguas. Pode-se supor, neste caso, que os 15 foram escolhidos porque não são "ambíguos", ou, digamos, porque não são bichas. Em todo caso trata-se aqui de simples conjectura, plausível, talvez, mas incerta. E aliás não creio que seja essa uma condição obrigatória para o historiador ser ou não ser em sua vida particular tal ou qual coisa: Exemplo? M. Foucault, ao que consta, padece de "ambiguidades" e tudo via é historiados, historiador-estruturalista, se isso é possível. E haverá outros.

Diz-se mais que os escolhidos o foram não só pela "nitidez" como por trazerem "contribuição inovadora". Isso à pág. 377, mas à pág. 389 se diz de um que "pouca contribuição apresentou". Acontece contudo que isso se refere a capítulo de síntese, com menos de 30 págs. onde o dito autor não quiz mesmo inovar, nem seria fácil tentar fazê-lo, em tão curto espaço, ao lado de outras obras muito mais corpulentas, uma até de 3, outra de 10 volumes. É certo que G.M. considera aquelas poucas páginas ~~de~~ "texto fundamental"? Porque? Porque o "ensaio estimula o levantamento de problemas para ulterior investigação". Neste ponto medem-se as palavras: ensaio, não estudo, estimula, isto é não investiga, etc. -Contudo a aparente precisão nas partes é das que servem apenas à imprecisão de todo. Fica-se, ao cabo, sem saber bem por que um artigo tão breve e tão sem nada pode ter lugar num elenco de obras fundamentais.

O exemplo, colhido um pouco ao acaso, mostra o teor impressionista do trabalho de G. M. Mais notável é a imprecisão da pág. 303, onde se diz, a propósito de Caio Prado Jr, autor declaradamente marxista que suas idéias, entre outras coisas, mostram "... um certo marxismo". - Isto pouco diz, a menos que se pretenda que o "certo-marxismo" não é ~~um~~ o marxismo certo, no pensar de G. M. Nelson Werneck, este sim, seria o marxista certo ou ortodoxo, só que "leva longe demais a ortodoxia" (p. 388).). Mesmo sem quere~~m~~ por reparo no "longe" e no "demais", palavras de ~~nada~~ imprecisão nada compatível com uma linguagem científica, resta sempre a pergunta: o que é o marxismo ...ortodoxo? A pergunta é justificável porque qualquer marxista, se não for

deliberadamente revisionista se considera ortodoxo e certo. Em trabalho vagamente científico ou antes de divulgação científica ainda é admissível que se fale em "certo marxismo" ou em "certa compreensão do marxismo", como escreve G. M., se tivéssemos elementos para suspeitar que ^{a autora} ~~ela~~ pode ter a bôa compreensão do marxismo. Mas para isso, seria preciso conhecer a obra sua em que fique demonstrado isso. Infelizmente nada se conhece de G. M. por onde se saiba sequer que ~~ela~~ conhece Marx ou mesmo que ^{já} ~~ela~~ leu Marx.

Se aqui se concede que um autor marxista só é mais ou menos marxista e que outro é demasiado ortodoxo (palavras mal casadas), em outro caso decreta-se sumariamente que alguém segue ^{estes ou aqueles} ~~uma~~ princípios apenas porque seu vocabulário pode sugerir que os siga. Assim, se em C.-P. há apenas ~~um~~ "certo marxista" outro escritor é proclamado, sem hesitação, weberiano. Exemplo: "o weberiano Raimundo Faoro", ^{no por causa de} ~~porque emprega muito~~ expressões como "patrimonialismo", "burocracia", ~~que~~ hoje ~~as~~ correntes entre sociólogos das mais várias correntes. Também de Maria Isaura Pereira de Queiroz diz que no seu livro sobre o "mandonismo" emprega a "tipologia weberiana". Talvez pensasse naqueles três tipos de autoridade legítima que descreve Max Weber, com suas respectivas sub-divisões, mas acontece que a autora, na obra citada, não se refere nem precisaria referir-se a esses tipos. Tenho lido frequentemente até na imprensa diária e, com especialidade, na 3ª página do jornal O Estado de S. Paulo, referências a "chefe carismático", autoridade carismática... Receio muito que G. M. de repente vá falar no "weberiano jornal O Estado de S. Paulo", por exemplo. Ou que se diga ela própria weberiana, porque usa, aprovando-a aparentemente, a expressão "estamental" ou "estamental-escravocrata". Ora a palavra "estamento" que já existia em espanhol com significado diferente e mais amplo, foi, se não me engano, a solução que deram os tradutores castelhanos para transpor uma palavra alemã, de difícil tradução ~~em~~ outras línguas que serviu a Weber para designar uma das suas categorias.

9.- A Muleta Existencialista.

Em verdade, a um exame atento, a palavra "weberiano", como outras - "parametros", "variaveis" - não passam de meros cacoetes verbais da autora. Não se sabe sequer das suas tendências no campo da historiografia, pois apenas se refere vagamente, por vezes, ~~a~~ historiografia tradicional, o que é extremamente impreciso, e certamente falso (pois não se conhece uma historiografia tradicional, e nem a própria palavra tradição é inequívoca), oposta ^{aqui} ~~certamente~~ a uma historiografia atual, ~~porque~~ ^{pois} como distribuir todos os historiadores em dois baús, um dos quais é provavelmente o seu, sem que ^{ela} ~~ela~~

cite o autor capaz de nos nortear em sua selva selvagem de-impresões. Minto.- Citan Jean-Paul Sartre, através de tradução da "Questão de Método (que em francês só aparece sob esse título quando incorporada à Critique de la Raison Dialectique). Mas ou a citação está errada ou está errada a interpretação. Tudo por causa do que G.-M. chamou biografias personalizadas de Otávio Tarquínio de Souza que, segundo ela, tentam ver a história através de personagens, quando ela crê que mais eficaz seria "o processo inverso, por partir de categorias mais inclusivas, o que sem dúvida [fatalmente ?] alargaria os horizontes dimensionando e precisando historicamente a biografia", diz (pág. 385). É para ilustrar esse decreto, que se apoia em Sartre, embora seja lícito dizer que não se trata ^{aqui} de um especialista em historiografia. Quiz localizar a citação em todo caso na Critique, sem resultado. Não direi que não esteja, nem vou culpar o tradutor (Bento Prado Jr.) que não é da raça traidora, mas não precisei ir longe porque vi que não era aquele o pote de vista manifesto na "Questão". Com isso convenci-me de que Da Giselda fez uma citação má ou incompleta, como em tantos outros casos, o que bastou para deturpar o pensamento do autor.

O que diz Sartre é que seu método eurístico é, em realidade, o do "vai e vem", por onde se determina progressivamente a biografia aprofundando a época, e se determina a época aprofundando a biografia. Longe de integrar de pronto uma na outra (época e biografia), trata o biógrafo de mantê-las separadas, até que o recíproco envolvimento se produza por si mesmo, encerrando provisoriamente a pesquisa. Reproduzo quase literalmente o texto do francês (à pág. 87 da Critique), tentando apenas simplificá-lo na medida do possível. Per outro lado, qualquer dos dois movimentos a que se referiu Sartre, seja o "vai" seja o "vem", leva-nos só à abordagem, não ao entendimento - que é o importante - da coisa abordada (época e biografia). Para esse entendimento não de revelar-se insuficientes os recursos puramente racionais ou lógicos, e então importará apelar para algum recurso a que, para também simplificar, chamariamos intuição, despojado este conceito das implicações que lhe agregou, por exemplo, o bergsonismo. Em outras palavras, e aqui preciso falar mais difícil, nenhum acesso teremos à alteridade, ao que ainda é um mistério para nós, se nos servirmos só da razão discursiva e da lógica formal. Esta pode clarear, precisar, o já conhecido, porque se move só no conhecido. Para ir além, ~~alcançar~~, alcançar o desconhecido, "descobrir", ainda não se achou meio adequado dentro dos processos unicamente indutivos. - ~~Recorrendo~~ Recorrendo ~~uma~~ a uma imagem um tanto grosseira, seria como querer alguém entender a "essência" das trevas, entrando num quarto escuro de vela acesa, ~~na treva~~. Ilusório igualmente seria o acreditar-se que o "outro" pode ser perfeitamente alcançado se o assimilarmos a nós

mesmos, que aparentemente nos conhecemos, e ligarmos êsse conhecido, o nosco me ipsum à teoria de que os homens são iguais. Per essa operação, que um crítico de Levi-Strauss chamou "digestiva", temos de renunciar, porém, a enfrentar a especificidade do outro, dando de barato que "a humanidade é sempre uma só", o que consiste, aliás, numa petição de princípio. — Nem nos servirão de consolo definições tais como "o homem é um bípede implume", ou o homem é um ser que tem corpo e alma, pertencentes aos tempos em que os bichos não falavam.

— Para surpreender o específico do outro, o próprio Sartre faz a pelo expresso a uma coisa chamada "compreensão", com o significado que essa palavra assume no alemão "Verstehen", a que, entre outros, recorreu Dilthey, cujo pensamento forneceu muitos conceitos a Sartre, diretamente ou indiretamente, através de Heidegger. Ora, Otávio Farquhar, tão castigado por G. M., reporta-se expressamente a Dilthey quando, a propósito das tais "biografias personalizadas", fala já em "compreensão" e em "nexo estrutural" que, segundo Dilthey, é a via por onde podemos chegar ao íntimo, à "esfinge" ~~do~~ ^{na} outro, e onde, mal ou bem, está prefigurada a idéia do "vai e vem" de Jean-Paul Sartre.

— Espero que depois dessa explicação toda, eu próprio ^{me} veja acusado de "diltheyano". — Desde já quero esclarecer, pois, que tenho dúvidas muito sérias com relação à "razão histórica" do filósofo germanico, a qual teria na "compreensão" seu instrumento, assim como o "esclarecimento" seria o instrumento para êle da "ciência positiva". Nem entraria em um campo, o da filosofia, tão alheio a minha especialidade, se não precisasse tentar desembrulhar, dentro do possível, um assunto que G. M. deixou todo embrulhado, a força de querer socorrer-se, em sua crítica, ~~de~~ ^{de} um autor que não lhe dá socorro, ² ainda mais que está mal citado e naturalmente mal entendido. Já se viu como, segundo ela, cumpre partir da categoria "mais inclusiva", a época, e não do personagem, ao passo que Sartre, desafiando seu S.O.S., acha que um e outro igualmente importam, e não explica por onde há de começar o biógrafo. — Além disso, interessando ~~na~~ ^{na} G. M. tão vivamente o ponto de partida, desinteressava-se aparentemente da "chegada", de como se há de explicar a época ou o personagem que, para Sartre, como para Dilthey, só é desvendado ^{do} pela "compreensão". O primeiro, no seu recente L'Idiot de la famille, apresentado na introdução ao 1º volume como prolongamento de "Questão de Método", diz até que, por meio da empatia, e só por ela, ~~ele~~ procura entender seu personagem, isto é por uma espécie de intuição das camadas de significação heterogêneas e irreductíveis que no mesmo personagem se abrigam.

10. — Ciência ou Insciência ?

— Em favor de G. M. cabe dizer que num ponto ao menos não cai em incoerência, pois seu positivismo — usada a palavra em seu significado amplo — nada quer admitir que não seja da mais rasteira evidên-

(na exigencia de
olo, ~~no~~ rigor de

- Todas essas proibições são feitas em nome de uma história obediente a princípios, técnicas e vocabulário rigorosamente científicos. Como não sou muito entendido nessas coisas prefiro valer-me aqui das muletas, depois de perguntar se os princípios, técnicas e vocabulários rigorosamente científicos que G.M. desejaria que outros utilizassem na História são efetivamente científicos. Valho-me de uma autoridade aparentemente insuspeita, de Karl R. Popper, que é frequentemente metido no balaio positivista e é professor de Lógica e Método Científico na Universidade de Londres. - O qual Popper, com todo o seu racionalismo e seu rigor lógico, acha ~~uma~~ a apreensão direta, e até a "empatia" ~~são~~ necessárias também nas ciências mais atentas à exatidão. Declara mesmo (cf. seu livro The Logic of Scientific Discovery, Londres, 1969, pág. 32) que "nada ^{a que} há ~~se possa~~ chamar um método novo de chegar a novas idéias, ou uma reconstrução lógica de tal processo". E acrescenta, textualmente, que todo descobrimento contém "um elemento irracional ou uma "intuição criadora" no sentido bergsoniano. E como se o seu testemunho não bastasse, recorre ao testemunho ~~mais ilustre ainda~~ de Alberto Einstein, que em ~~sua~~ saudação a Max Planck, quando este completou 60-ânos, disse o seguinte: - "A missão suprema do físico está na busca dessas leis de alta universalidade. Elas só podem ser obtidas pela pura dedução. Não existe um caminho

inho lógico para tais leis. Elas só se farão acessíveis pela intuição fundada sobre qualquer coisa como um "amor intelectual" (Einfühlung) dos objetos da experiência". O próprio Einstein retomou isso em obra que dedicou a sua própria concepção de mundo. A expressão "amor intelectual" pertence à versão de Popper. Outro tradutor diz "compreensão simpática da experiência". Em alemão tudo se resume numa dessas palavras de explicação difícil que levou alguns a adotar o neologismo "empatia". Apesar de não gostar desses termos-secos prefiro mesmo dizer empatia, porque hesito em crer que até o amor possa ser exercício científico. Hay que saberlo como.

11.- Especulações, pró e contra.

Naturalmente, em muitas ciências o fruto da intuição precisa ser acuradamente verificado por métodos tais como o da experiência e erro (trial and error). E ao menos nisso, o que é bom para o cientista é bom para o historiador. Se não for assim, há risco de cair na imaginação-especulativa andará sempre à vista. - Mas é mister saber primeiro o que se entenda por "especulação" e "especulativo", expressões tão reincidentes nestas páginas de G. M. Na famosa "querela do positivismo" (Positivismusstreit) que na sua forma atual começou em Tübingen no ano de 1961 e ainda não deu mostras de querer acabar (as peças principais estão em volume desse título impresso em abril de 1972), chamou-se atenção para o engano dos que equiparam especulação a explicações subjetivas e palavrosas, isentas de auto-crítica, estranhas a toda lógica e a toda confrontação com o real. - A noção verdadeira do especulativo nada tem com essas calherdices, e ainda aparece claramente em Hegel, ^{marx}prende ~~em~~, isto sim, à reflexão crítica e auto-crítica, ciente dos seus limites naturais. Foi o que lembrou Theodor Adorno, participante do colóquio de Tübingen. O qual notou como a posição positivista encerra também um pathos, - mermente onde pretende à objetividade, - o que é, por sua vez, uma pretensão altamente subjetivista. - Não teria pensado nisto a patética G. B. ? É certo que Adorno representava a posição dialética, no marxismo da vertente hegeliana, que partilha com todos os seus companheiros da Escola - de Franeforte (Ernst Bloch, Horkheimer, Herbert Marcuse, Habermas, etc) - mas é de notar como os do outro lado, do lado "positivista", entre eles Popper, mostraram-se, então, - de acordo sobre esse ponto com seus opositores (Cf. Positivismusstreit, sobretudo págs. 112 e 122-23).

12.- Da Linguagem do Historiador - I.

A partir de tais conclusões teria G. M. de sujeitar a uma operação de recauchutagem cabal as noções que abraçou sobre a histo-

riografia, assim como sobre ciencias consideradas mais exatas. O que é imprevel, desde que asrapraçouncomital-calor, com um pathos-tão co movente, que a sua já é a fé do-carvoeiro e derruba-morros.- Crê pia- mente em que a História só há de lidar com-dados inexpugnaveis como os que julga serem da ciência. Nunca subscreveria palavras-como estas : "Nossa projeção imaginária sobre o passado, a tentativa de captar-con- ceitos e categorias diversos dos nossos, é trabalho-que nunca sabere - mos se e podemos-realizar, mas ao qual jámais poderemos renunciar". O trecho está num ensaio de Isaiah Berlin intitulado "History and Theory: The Concept of Scientific History" incluído em simpósio chamado Generalization in Historical Writing dirigido por-A. V. Rianovsky e Barnes Riz nik,-impresso-em 1963 na impressora da Universidade-de Pennsylvania (na da de confusões-com outra obra igualmente importante e de título pareci do,-a saber Generalization in the Writing of History, organizada pelo Co mité de Análise Histórica do Conselho-de Pesquisa de Ciencias Sociais dos Estados Unidos, também publicado em 1963, mas pela University of Chicago Press). Caso v. não tiver o volume poderá encontrá-lo traba- lho de Sir Isaiah ^h em um dos fascículos da revista History and Theory, que talvez haja na biblioteca da seção de História da Faculdade.- Em todo caso nossa colega Maria Odila possui também o fascículo onde foi publicado o ensaio em primeira mão.-

Berlin também é autor, entre muitos,-de um escrito intitulado "Inevitability in History" que marcou época-e foi uma das obras-bási- cas para a polémica bem conhecida sobre o pensamento histórico entre Hempel, Nagel, Dray, Popper, Gardiner, Mandelbaum, etc, nos quadros em geral da filosofia analítica.- Ultimamente o escrito foi reimpresso pela Oxford University Press em livro intitulado Four Essays on Liber- ty, título certamente pouco recomendavel para a patética, por causa da palavra-"ensaio", apesar da ^{mesma} palavra servir para intitular um-livro re- cente-de Vitorino Magalhães Godinho, dos poucos-autores que ela elogia sem reservas, ainda que num comentário-muito breve. E como aceitar um autor-que contradiz tão frontalmente seu-catecismo, que só-admite conclusões inequívocas,-per mais-que, mesmo entre matemáticos, e há lon- go tempo, grassasse a-"heresia" segundo a qual-as leis naturais perdem aos poucos seu carater de validade absoluta, reduzindo-se a expressões de maior ou-menor verossimilhança. Seja como for, Isaiah-Berlin é o professor de Teoria Social e Política em Oxford-e um dos seus temas de estudo é a "fatalidade" histórica, tão excitante-para G. M. -

Particularmente curiosas são as discussões de I. B. sobre o "mo- delo" usado nas ciencias naturais e o-utilizavel-nas ciencias sociais,- entre as quais se inclui a história, e também acerca dos varios usos de

uma simples conjunção - "porque" - em umas e outras, vendo-se assim como as diferenças de qualquer modo existem, e ~~mas~~^{não} são talvez superáveis. Quando, por exemplo, alguém diz que sabe o que é ser-brã-manê, ou de que maneira funciona um órgão (?) político, ~~esse~~^{esse} seu saber em nada se assemelha ao "saber que" empregado nas ciências naturais, ~~mas~~^{será, fugir ao} de nenhuma serventia ~~no~~^{uso} de vocábulos idênticos. Dirão alguns que a diferença é só de grau, não de essência, mas nada indica, por ora, que algum dia há de ser vencida. Note-se que a diferença, para Berlin, é essencial e ~~que~~^{se} se relaciona a duas exigências igualmente importantes do homem: de um lado a exigência de unidade e homogeneidade, de outro a de diversidade e heterogeneidade. Um historiador pode comparar, confrontar, contrastar, manipular comparações, pode julgar útil empregar recursos estatísticos e quantitativos, formular hipóteses e verificá-las, mas é ilusório supor que, feito isso, tudo está feito.

Antes de tudo, diz ainda Sir Isaiah, cumpre ao historiador ter "capacidade para conhecer o caráter das pessoas ou coletividades, como hão de reagir umas diante de outras, ter o dom de "penetrar" - (enter into) em seus motivos, nos movimentos mais íntimos dos seus espíritos. Todos estes recursos ou dotes são-lhe indispensáveis, ainda que não o sejam, no mesmo grau, para as ciências naturais". É inútil ajuntar que os resultados assim obtidos devem ser "atrelados" ao real pela verificação meticulosa dos fatos, assim como acontece em qualquer ciência. Isso não significa, porém, que o historiador deva recorrer a métodos próprios das ciências físico-matemáticas, por exemplo, ou da biologia. A verdade é que se utilizar apenas técnicas indutivas, então, por acurados que sejam os descobrimentos que fizer, permanecerá sempre no nível do antiquário, e do cronista, na melhor hipótese, do arqueólogo, mas nunca há de ser um historiador de verdade". É inevitável, pois, que usando de métodos distintos e visando a material distinto, sua linguagem não deva ser uma espécie de mímica das ciências do abstrato.

13.- História: uma Ciência do Abstrato ?

A idéia de que a história não é "apenas" uma ciência do concreto, vem interessando cada vez mais os historiadores e dela se ocupara já Marc Bloch, além de inúmeros historiadores norte-americanos, atraídos, estes, pelas áreas crescentes, e não só na história econômica, onde os processos quantitativos têm seu terreno de eleição, mas até na história cultural e religiosa, conquistadas por métodos a que os últimos vêm chamando de "cliométricos". O bom relato que têm dado por vezes tais métodos, levaram muitos à íntima

certeza de que, dentro de algum tempo já não existirão barreiras para a quantificação em história. Essa certeza funda-se largamente na possibilidade de se corrigirem cada vez mais os resultados de estatísticas lacunosas ou defeituosas de que dispomos, e que são particularmente notórias para quem quer que se dedique ao estudo da história do Brasil. Apesar da grande vantagem de exatidão maior que tais meios propiciam ^{de} não de esbarrar em algum ponto ^{na} necessidade de se contentar ~~com~~ ~~os historiadores~~, à falta de melhor, com o mais-ou-menos. O exemplo clássico, no Brasil, é o fornecido pelo açúcar. Durante muito tempo, como v. sabe, o açúcar foi transportado em caixas principalmente, barricas, pipas, às vezes pães, de tamanho variável, e os dados numéricos quase sempre se referem a caixas, etc., cuja capacidade dependia da quantidade ou qualidade da madeira disponível, não, por exemplo, a arrobas, o que permitiria de algum modo estimar-se o peso. — Em um rel seiseentista onde, por acaso, figuravam caixas e pesos respectivos, encontrei uma remessa de 1.514 caixas, contendo ao todo 8.062 $\frac{3}{4}$ arrobas o que dá cerca 5 arrobas ^{em média} ~~para~~ ^a ~~caixa~~, e outra que dava 43 arrobas por uma caixa, ^{também} em média. De qualquer modo os resultados só podem ser aproximados, jamais absolutos, *e a exatidão inexata.*

No trabalho de quem, como G. M., assume ares de *Chauffeur* do Absoluto, não vejo, é certo, referência à quantificação. Mas as reservas que opõe a tudo quanto se pareça com a história qualitativa, e sua obstinada repulsa ao que lhe não parece "científico", hão de encaminhá-la nesse rumo. Há, contudo, uma dúvida. Nos comentários que dedica à obra de um dos autores resenhados, há uma passagem onde está dito que "a história do homem e os fatos históricos caracteriza-se por serem individuais, únicos, não-se subordinando a conceitos, às leis". Confesso que não consegui perceber se a passagem é do autor criticado e que G. M. cita por intermédio de terceiro, ou melhor terceira (Emilia Viotti), dado que a extrema imprecisão de ^{uma} ~~linguagem~~ ~~para~~ não nos dá seguro fanal. Mas como não é esse o ponto criticado ~~do~~ ^{aceite} ~~autor~~ que critica, pode-se presumir que ~~existe~~ tal juízo. Pouco adiante refere-se, aliás, à falácia do querer captar a dimensão pessoal, o íntimo de cada indivíduo, já que isso seria inacessível ao historiador. Até lhe vêm ganas de expulsar da historiografia tudo quanto seja único ou peculiar, por faltarem instrumentos científicos aptos a captar essa unicidade ou peculiaridade. Ora, o sinal de que existe ~~uma~~ ^{uma} área única e singular está no próprio erigir-se de quem não admite que se possa entrar, mal ou bem, num território proibido. — O resultado está nisto, que G. M. reclama uma história puramente científica, mas, por outro lado, protesta contra o historiador que tente valer-se de meios usados pelo cientista, como o raciocínio hipotético-dedutivo, a intui-

ção ou, nas palavras de Einstein, na interpretação de Popper, até o "amor intelectual", expressão criada ao que parece por um lapidador que escrevia more geometrico. O que sobra é o cadáver da história. Até a história quantitativa fica gem vez, pois só é quantificável o que se apresente em regularidades e homogeneidades. Se as parcelas contêm um elemento irreduzível, como reduzi-las?

14.- Da Linguagem do Historiador - II.

Voltando à questão da linguagem da história, ocorre-me ainda aqui reportar-me ao citado ensaio de Isaiah Berlin onde se mostra como o ofício do historiador "depende em larga escala da dexteza no descrever, do estilo, da lucidez, da escolha de exemplos, da distribuição da ênfase, da vivacidade na caracterização, etc.":- Em outras palavras, a própria espessura, a complexidade, a heterogeneidade que distinguem o campo do historiador, pedem que ele use generosamente dos recursos da linguagem, e esta nem sempre há de ser uma linguagem direta, porque o vocabulário disponível mal refletirá a variedade e complexidade das nuances que é preciso ter em conta. A busca da precisão pode ser às vezes laboriosa, sugerindo à primeira vista um rebuscamento e até um preciosismo vão, mas nem por isso há de ser simplesmente uma linguagem literária, no mau sentido, que seria a linguagem enfeitada, empolada ou rebarbativa.

- Pergunto-me se é por acaso que quase todos os grandes historiadores — Gibbons, Ranke, Michelet, Fustel de Coulanges, Mommsen, Acton, Croce, Huizinga... — para só falar nos mortos, tiveram preocupação insistente com o idioma e, em muitos casos, foram grandes escritores. Outro tanto pode acontecer em ramos diferentes do saber — ocorrem-me agora Buffon na História Natural e Galileu na física, e com certeza não são casos isolados — apenas não é tão necessário que assim seja. Nem direi, como outros, que escreve bem quem quer que pense bem, pois sei de casos — o de Max Weber é um deles — que desautorizam tal crença. De outro lado o simples gosto do bem escrever pode ^{dar} resultados "questionáveis", para usar de um dos tês vocabulares de G. M. Houve quem dissesse de Lucien Febvre, e Febvre de "Rabelais e o Problema da Descença", que parecia escrever em estado de transe. — A observação queria ser elogiosa, mas não vejo como a acolhesse de bom grado quem, como Febvre, nunca se cansou de esperar uma historiografia nova, em condições de absorver abundantemente a melhor metodologia científica. — O crítico de pouco tacto deveria estar lembrado de Michelet, que Febvre quiz resusitar, o Michelet daquele "Dieu eu pitié de la France", ou ainda de alguns tí-

tulos de quem fundou (com Marc Bloch) os Annales e nos quais se mostra, aliás, menos um transe místico do que um preciosismo rebuscador de quem está desperto para remexer ~~em~~ os vocábulos. Exemplos? Depois de anunciar muito um livro intitulado "La Religion au XVI^e ^{Siècle}", julgou porventura ~~muito~~ ^{meio} pedestre o modo direto para coisa-meio celeste, e não resistiu à tentação de escrever "Au Coeur Religieux du XVI^e Siècle". Escrevera um dos seus bons livros, sobre Lutero, e em lugar de escrever na capa apenas o nome do reformador, como outros ^o teriam feito, achou de por-lhe um acréscimo menos expressivo e que daria margem para que as más linguas lhe atribuissem a crença na "fatalidade" em história. Com o que ficou sendo "Martin-Luther: un Destin". Diante de outro escrito seu, que se chama "Les Lumières de Clio", não faltaria entre os patéticos da linguagem "científica", suspeita de que seria aderente da mitologia. E quando fez 75 ^{anos} seus amigos respeitaram o gosto de quem procurava expressões mais ou menos engenhosas para tratar de idéias e coisas mais ou menos engenhosas e chamaram a obra comemorativa de Éventail de l'Histoire Vivante.

Tudo isso entretanto não passa de aspeto, aspeto secundário, de uma verdade que não se pode impunemente desprezar: a de que a linguagem do historiador mal pode comparar-se à locução indiferenciada, plana, ou seja sem altos e baixos, descolerida, "neutra", que para alguns seria própria das ciências. Afim de espesar a complexidade do seu objeto, e bem exprimi-lo em todos os seus entretos e sutilezas, o historiador há de conquistar, não raro à custa de tremendo esforço, a expressão mais justa. Por isso um estudioso francês de historiografia, Henri-Irénée Marrou pôde aplicar ao ofício do historiador aquela análise pascaliana do "esprit de finesse" oposto ao espírito de geometria. A história digna de tal nome, história realmente científica, não pseudo-científica, a história rigorosa, verdadeira, justamente porque quer exprimir a verdade, requer aturado trabalho de redação e elaboração, que dificilmente admite a linguagem desleixada.

Em suma, para recorrer às próprias palavras de Marrou, o perfeito historiador precisa ser um perfeito escritor: "En un mot, le parfait historien se doit d'être un grand écrivain". Linhas abaixo diz o mesmo autor que o esforço ideal do historiador é o que consiga encarnar o fruto de suas pesquisas num belo livro, belo em todos os sentidos, de sorte que neste o trabalho todo do sábio ira cumprir-se (s'accomplir) sobre o plano da criação artística. Se é certa de um lado, a explicação pode encerrar perigos. Nem sempre escreve bem aquele que quer bem escrever, e ha ainda o risco de pensar-se que bem

escrever é simplesmente escrever bonito. Ora, a história não constitui um gênero literário.

Embora meu caso particular não tenha aqui interesse, devo confessar que se houve ^{luz} ~~elogio~~ que eu gostaria de ter merecido, foi o que recebi de um poeta, de um engenheiro frustrado, de Manuel Bandeira, em livro reunido depois entre suas obras completas (2º vol.) da edição Aguilar), quando escreveu: "O estilo de Sérgio, na sua atual clareza e lógica, foi uma conquista". Isso condiz de algum modo com o que disse Antonio Cândido da discrição, da elegância, mas "parcimoniosa elegância", do "rigor na composição" que parecia um "corretivo à abundância nacional" encontrada num livro velho de quase 40 anos. Ora, acontece que essas virtudes - clareza, lógica, parcimônia, discrição, rigor não são propriamente os característicos do que se chama geralmente "beltrismo". Por outro lado é preciso confessar também que, com virtudes tais, ou antes, só com elas, ninguém consegue ser ~~um~~ bom historiador. Para ser bom historiador, o historiador-ideal de que há pouco se falou, é preciso, sem dúvida, que a linguagem de que se vale, seu estilo, se quizermos, seja "uma conquista", mas ~~uma~~ conquista que sirva para captar e bem transmitir o resultado das pesquisas feitas, adequando-se a esse resultado. É o melhor elogio que teve Lucien Febvre para seu grande antecessor, o historiador belga Henri Pirenne foi o de "exprimir fortemente o que é forte". E Fernand Braudel que gostou dessa observação e ~~a~~ repetiu no prefácio à homenagem prestada ao mesmo Febvre, também escreveu em outro prefácio, ~~que~~ redigiu para a coleção de estudos de Frederic G. Lane, que os colegas e antigos discípulos do historiador norte-americanos reuniram em 1966, com o título de Venice and History, que, tendo devotado toda a vida ao estudo da história, principalmente da história econômica de Veneza, Lane encontrara o estilo próprio para o assunto escolhido. E porque punha o maior rigor no seu ofício de historiador, diz Braudel, sabia "saboreá-la como quem saboreia um vinho de boa safra, de bom cru, e um prato raro, que ele sabe ^{prezar} ~~apreciar~~ como um homem e ~~um~~ cidadão do mundo". Mais adiante ainda diz que é preciso ter-se em conta, na obra de Lane, "uma escolha, um processo intelectual, e estilo adotado com uma consciência plena de tudo quanto ~~isso~~ envolve. Esse estilo é explicável, como eu já o disse, dentro de uma armação de prudência intelectual ~~que~~ deliberadamente rigorosa." Explica o também uma curiosidade pelo específico, própria de um historiador, e por fim, talvez, uma paixão especial por Veneza, que dele se apoderou já no começo de sua carreira".

PS.- Por ora encerro este escrito, que queria ser um comentário apenas e acabou transformado em verdadeiro tratado ou anti-tratado, pois é em suma ~~uma espécie de tratado~~ ^{uma} como pano de fundo das críticas de G. M. Essas críticas obedecem por força a algum

critério que o pathetismo de G. M. não desvendou, mas que se pode vislumbrar pelo avesso da costura. Digo "por ora" para indicar que algum dia retomarei estas páginas para publicá-las, pois nelas há coisa aproveitável, segundo penso. Nesse caso hei de mudar aquelas iniciais "G.M.". Quem não saiba o que me levou a rabiscar isto pensará é certo que me dei muito trabalho por um quase nada. Imagino-me até na situação de algum ardego navegador lusiada que armou uma frota de 20 páginas, digo 20 naus e caravelas, afim de ir achar novas terras e no fim não achou mais do que ~~um~~ baiaçu de espinho. Se insistirem direi: Mas que mal faz? Gostei da viagem.

Publicando isto hei de dar-lhe um título de sabor-meio literário. Pensei em Orja. Orja é uma das alcunhas familiares da personagem de Agosto 1914 do romancista russo Soltchenitzyn, chamada Irina Stepanovna Tomchak. - "Mas meu Deus, como são possíveis êsses seus juízos tão perentórios e categóricos! Você não conhece e nem ao menos viu os Charitonovs, porque julgá-los tão mal?": assim falou-lhe ~~ela~~ ^{ela} ~~uma~~ vez a ~~amiga~~ ^{amiga} Ksenya Sacharovna Tomchak, e suas palavras podem servir de epígrafe a minha publicação. Efetivamente Irina Stepanovna não primava pela vivacidade de espírito, no que ^{bem} se assemelhava a G.M. Creio mesmo que era de usar pinete-nez (estamos em 1914) com o que ganhava ~~um~~ admirável ar de suficiência, próprio para discorrer soberanamente sobre coisas que já mais viu, como, por exemplo, a família Charitonov, cuja ela nem conhecia, nem curtia.

Com esta despeço-me, aproveitando um fecho de carta de seu amo Pedro. Não o Grú ou Justiceiro, não o da Alfarrobeira, não o que prendeu o irmão e lhe tomou a mulher, nem o outro, que mal reinou, Pedro de Maria, sua sobrinha e cunhada, a qual reinou e endoidou, Maria mãe de João, o "tímido regente", João que casou com Carlota, mas andou de amores ilícitos com Fuão Lobato, depois feito visconde. De Carlota, e não sei com certeza se de João, nasceu seu bom amo Pedro de que falo, Pedro da Demitila ^{Pedro} da "Independência", que terminava cartas, e assim o faço eu agora, dizendo: Tenha saúde amigo, União e Olho vivo, e diga ao mar que ronque.